NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 29/04/2014 - Edição 1034

Vigilantes querem cumprimento do piso dos trabalhos eventuais



Há cerca de dois anos, os vigilantes garantiram em Convenção Coletiva o estabelecimento do piso da diária para trabalhadores da categoria que exercerem atividades esporádicas, como em eventos. Entretanto, esta regra não vem sendo cumprida nem pelo setor privado nem pelo público. O Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal – Sindesv-DF, filiado à CUT

Brasília, denuncia a realidade e tenta agendar reunião com o governo local para solucionar a irregularidade nos eventos públicos locais.

De acordo com o secretário de Formação do Sindesv-DF, Edmilson Rodrigues, o descumprimento do piso de diárias ocorre principalmente por causa da quarteirização dos serviços de vigilância. "O governo contrata uma empresa de evento e esta empresa contrata outra da área de segurança. Neste processo, com lucros para vários intermediários, não sobra dinheiro para pagar corretamente os trabalhadores", afirma. Segundo o dirigente sindical, "quando o serviço é quarteirizado, fica ainda mais difícil de averiguar se os trabalhadores são capacitados para exercer o servico, assim como é mais

difícil de coibir que os trabalhadores sejam lesados".

Edmilson Rodrigues ainda diz que já solicitou uma reunião com os representantes do governo do DF, o sindicato patronal, as empresas de eventos para que as partes se comprometam a cumprir com a Convenção Coletiva. "Agora temos como fiscalizar os pagamentos dos trabalhadores que atuam em eventos. Antes era muito solto. Pagavam R\$ 30, R\$ 40, R\$ 70 por diária. Não havia piso. Agora há uma regra. O vigilante que trabalhar em eventos deverá receber diária de R\$ 112,00, no mínimo. O governo sabe que o problema existe e que ele precisa ser resolvido", declara o dirigente do Sindicato dos Vigilantes.

Fonte: CUT-DF

Terceira etapa do Minha Casa, Minha Vida será lançada em junho



O governo vai lançar em junho a terceira etapa do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, que beneficia famílias de baixa renda. A data foi definida na última segunda-feira (28) em reunião entre a presidenta Dilma Rousseff, ministros ligados ao programa e representantes

da construção civil.

"Estamos já com a certeza da existência do programa em sua terceira fase. As condições, os números e os volumes de recursos serão objetos de trabalho, tanto na área do governo quanto na área empresarial, com as contribuições

dos movimentos sociais, de todos aqueles envolvidos dentro do programa", disse o ministro das Cidades, Gilberto Occhi.

Apesar da indefinição sobre os números, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), Paulo Safady Simão, adiantou que o Minha Casa, Minha Vida 3 deverá prever a construção de 3 milhões de unidades habitacionais. A segunda fase do programa, que está em vigor e tem metas até o fim de 2014, prevê 2,75 milhões de residências.

Segundo Occhi, mais de 2,4 milhões de unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida 2 já foram entregues ou estão contratadas. Até o fim do ano, o governo deve entregar

ou contratar cerca de 400 mil.

O anúncio da terceira etapa antes da conclusão da atual fase é importante para o planejamento das construtoras, segundo Simão, representante do setor. "O processo de construção de programa como esse não é uma coisa simples, começa na busca do terreno, na compra, na contratação, na elaboração dos projetos, dos licenciamentos, é um prazo muito longo. É importante que tenhamos esse sinal agora em junho para que os empresários possam se movimentar e, ao longo do tempo, estar formando as novas unidades", avaliou.

Perguntado sobre o possível caráter eleitoreiro do anúncio a poucos meses da disputa presidencial de outubro, Simão disse o setor considera o Minha Casa, Minha Vida um programa de Estado, que deve ser mantido independentemente dos resultados eleitorais. "Pelo contrário, vejo até com uma obrigação do governo deixar isso implantado."

O Minha Casa, Minha Vida financia casas e apartamentos para famílias com renda até R\$ 5 mil por mês. As condições do financiamento variam de acordo com a renda familiar. O programa foi criado em 2008, quando Dilma era ministrachefe da Casa Civil no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Fonte: Agência Brasil

Inflação que regula reajuste de aluguéis cai quase 1 ponto percentual



A inflação medida pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) variou 0,78% em abril, caindo 0,89% em relação à alta de 1,67% verificada em março. Em abril do ano passado, a taxa havia variado 0,15%, de acordo com os dados divulgados hoje (29) pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV).

Com a alta de abril, o IGP-M, que serve de parâmetro para o reajuste de alguns preços do mercado, como os aluguéis residenciais e comerciais por exemplo, passou a acumular nos quatro primeiros meses do ano alta de 3,35%, com a taxa anualizada (o acumulado dos últimos 12 meses)

ficando em 7,98%. O IGP-M é calculado com base nos preços coletados entre os dias 21 do mês anterior e 20 do mês de referência.

A queda de quase 1 ponto percentual no IGP-M de março para abril refletiu a retração dos preços no atacado (ao produtor), uma vez que os preços ao consumidor se mantiveram estáveis e os da construção civil subiram entre um mês e outro.

Em abril, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) apresentou variação de 0,79%, uma retração que chegou a 1,41 ponto percentual em relação à alta de 2,20% de março. Na composição do IPA, os bens

finais variaram 2,19%, contra 2,23% em março; os bens intermediários, 0,18%, contra 1,28% do mês anterior; enquanto os preços no estágio inicial da produção, medidos pelo grupo matérias-primas brutas, acusaram deflação de 0,06% em relação à alta de 3,25% verificada em março.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou, em abril, variação de 0,82%, segundo o Ibre, a mesma taxa do mês anterior. A principal contribuição para a variação positiva ficou com o grupo Saúde e Cuidados Pessoais (cuja variação passou de 0,49% para 0,97%).

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), o único a registrar alta entre março e abril, subiu 0,67%, resultado 0,45 ponto percentual superior ao de março (0,22%). O índice relativo a materiais, equipamentos e serviços registrou variação de 0,93% e o relativo à mão de obra registrou variação de 0,42% em abril. No mês anterior, esse índice teve taxa de 0,01%.

Fonte: Agência Brasil

TST quer volta da contribuição assistencial para todos os trabalhadores



Presidente do TST defende mudança da regra da contribuição

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Antonio Levenhagen, defende que os sindicatos têm o direito de receber uma parcela do salário do trabalhador brasileiro, mesmo que ele não seja filiado, para arcar com as despesas da entidade de classe. O ministro é a favor de que a contribuição assistencial volte a ser descontada uma vez por ano de todos os trabalhadores, independentemente de sindicalização. A informação foi divulgada na última sexta-feira (25) pelo jornal O Estado de S.Paulo.

Atualmente, o precedente normativo do TST só permite que a contribuição assistencial seja descontada do empregado sindicalizado. Assim como o imposto sindical - descontado na folha de pagamento de março e equivalente à

remuneração de um dia de trabalho -, a contribuição assistencial também está prevista na Constituição e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas não há definição legal sobre o valor e a forma como ela é descontada do salário do trabalhador.

A legislação trabalhista diz que esses fatores devem ser definidos por meio de acordo ou convenção coletiva.

"Os sindicatos estão em polvorosa com esse precedente normativo. Se o acordo vale para todos, por que só o sindicalizado contribui e o outro trabalhador que vai receber os mesmos benefícios não contribui?", questiona Levenhagen.

"Eles entram na negociação, conseguem vantagens para toda a categoria, mas só recebem a contribuição que serve para a

manutenção da entidade daqueles que são sindicalizados. Os sindicatos não deixam de ter razão e isso acaba desmotivando na hora das negociações", disse o ministro do TST.

O normativo anterior do TST contribuição permitia aue assistencial fosse descontada de todos os trabalhadores, com exceção daqueles que redigiam um termo pedindo para não pagar. Para Levenhagen, o órgão da cúpula da Justiça do Trabalho deve retomar a discussão para, provavelmente, voltar à orientação que vigorava antes, embora seja um tema "difícil". Para isso, ele teria que pedir à comissão de jurisprudência do TST, que reúne três ministros, um posicionamento sobre o tema, que depois seria levado ao plenário, que reúne todos os ministros.

Ele afirma que os sindicatos precisam muito desses recursos para a manutenção das entidades, que também desenvolvem outros projetos. "Muitos sindicatos oferecem aos seus integrantes benefícios que o Estado deveria promover e não fornece", diz, citando como exemplos, assistência médica, odontológica, práticas esportivas, entre outros.

Levenhagen diz que essa é uma das questões que deveriam ser debatidas dentro de uma reforma sindical, mas não acredita que se tenha condições de implementá-la. "Talvez seja mais fácil fazer a reforma tributária", brinca.

Fonte: Contraf-CUT com Estadão

CITY

site: www.cntv.org.br email:cntv@terra.com.br Fone: (61) 3321-6143 SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz Jornalista: Pricilla Beine - Redação: Tayná Rodrigues Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo